

Darcy Ribeiro e a UnB

a universidade
necessária no
século XXI

Murilo Silva de Camargo
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Alexandre Simões Pilati
Esther Bemerguy de Albuquerque
(org.)



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
: Ana Flávia Magalhães Pinto
: Andrey Rosenthal Schlee
: César Lignelli
: Fernando César Lima Leite
: Gabriela Neves Delgado
: Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
: Liliane de Almeida Maia
: Mônica Celeida Rabelo Nogueira
: Roberto Brandão Cavalcanti
: Sely Maria de Souza Costa

Darcy Ribeiro e a UnB

a universidade
necessária no
século XXI

Murilo Silva de Camargo
Mônica Celeida Rabelo Nogueira
Alexandre Simões Pilati
Esther Bemerguy de Albuquerque
(org.)

Equipe editorial

Coordenação de produção editorial : Marília Carolina de Moraes Florindo

Assistência editorial : Jade Luísa Martins Barbalho
: Emily Dias de Matos

Revisão : Ana Alethéa Osório

Diagramação : Wladimir de Andrade Oliveira

: © 2022 Editora Universidade de Brasília

: Editora Universidade de Brasília
: Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
: Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
: CEP: 70910-900
: Telefone: (61) 3107-3700
: Site: www.editora.unb.br
: E-mail: contatoeditora@unb.br

: Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
: desta publicação poderá ser armazenada
: ou reproduzida por qualquer meio sem a
: autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília
Heloiza dos Santos – Bibliotecária – CRB 1/1913

D214 Darcy Ribeiro e a UnB : a universidade necessária no
século XXI / organizadores, Murilo Silva de Camargo
... [et al.]. – Brasília : Editora Universidade de
Brasília, 2022.
200 p. ; 23 cm.

ISBN 978-65-5846-120-3 (impresso).
ISBN 978-65-5846-114-2 (e-book).

1. Ribeiro, Darcy, 1922-1997. 2. Universidade de
Brasília. 3. Universidades e faculdades públicas. I.
Camargo, Murilo Silva de (org.).

CDU 378.4

 Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Sumário

Apresentação

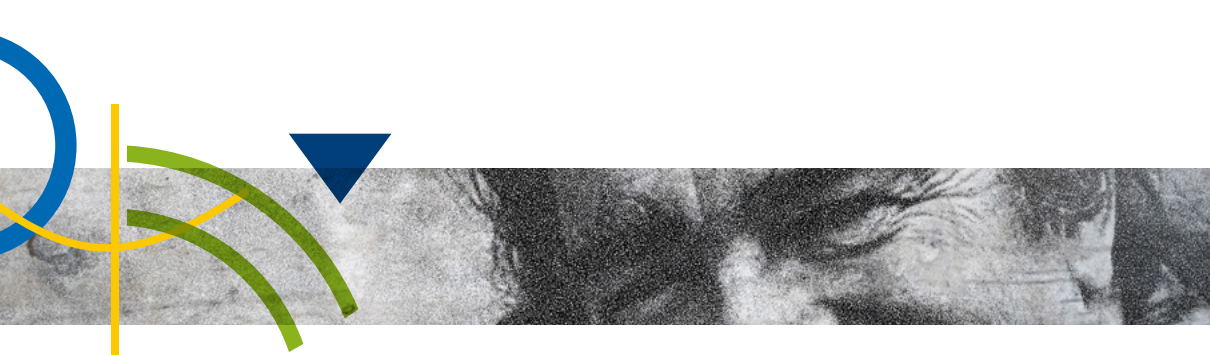
- 9** | **Darcy Ribeiro e a UnB:** a universidade necessária no século XXI



Parte I

Os textos de autoria dos estudantes de graduação

- 23** | **Utopia e realidade:** reflexões sobre os rumos da Universidade de Brasília
Alexsandro de Sousa Bandeira
- 33** | **Universidade para quê?** A universidade está sintonizada com o melhor do saber universal e com a sociedade brasileira?
Cesar Rodrigues van der Laan
- 43** | **A criatividade para a realização da visão universitária de Darcy Ribeiro**
Cristiano Hoppe Navarro
- 51** | **Universidade de Brasília, universidade-utopia**
Júlia Guimarães Stoimenoff Brito
- 59** | **A UnB de Darcy Ribeiro:** a aproximação entre o saber e as questões de uma realidade social
Nicole Ferro Antunes de Oliveira
- 67** | **Darcy Ribeiro:** sonhos interrompidos
Victor Eduardo Alves Rocha



Parte II

Os textos de autoria dos estudantes de pós-graduação

- 81** | **A universidade sonhada por Darcy Ribeiro:**
o papel da Biblioteca Central da UnB e da
Editora UnB na busca pela utopia necessária
Ana Flávia Lucas de Faria Kama
- 91** | **O papel da universidade e o contexto da
pandemia:** um ensaio à luz dos ensinamentos
de Darcy Ribeiro
Andressa Soares Costa
- 105** | **“A universidade necessária”:**
saber humanizado e responsabilidade social
Clerismar Aparecido Longo
- 123** | **Vozes da resistência:** Darcy Ribeiro e a UnB no
debate contemporâneo
Inês Ulhôa
- 137** | **Indo para a Universidade de Darcy:** educação
e liberdade para pensar a partir do Brasil
Kennia Dias Lino
- 145** | **A universidade pública, gratuita,
de qualidade e inclusiva para todos:**
a luta dos povos indígenas para sua inclusão
nas universidades públicas
Luciana Beatriz de Araújo Colombo



- 159 | Universidade para quê e para quem?**
Darcy Ribeiro, Lyra Filho e a UnB no processo de pluralização do ensino superior no Brasil
Marcos Júlio Vieira dos Santos
- 169 | Universidade para mudar gente que muda o mundo: uma autoetnografia para ler a política educacional no Brasil**
Rayane Andrade
- 187 | Darcy Ribeiro e a crítica que não envelhece**
Thaís Coelho Mariano



Darcy Ribeiro e
Oscar Niemeyer
visitam a UnB (1985)

Fonte: Universidade de Brasília.
Arquivo Central. AtoM UnB






Parte II

Os textos de autoria dos estudantes de pós-graduação



1ª Parada
do Orgulho LGBT
da UnB

Foto: Isa Lima



“A universidade necessária”: saber humanizado e responsabilidade social

Clerismar Aparecido Longo





Introdução

A universidade é, por excelência, um lugar social de produção de saberes. E é nela que parte da história de muitas pessoas é construída, tecida e ressignificada na experiência com os seus espaços, saberes, pessoas, artefatos. Um lugar de saber, de sociabilidades, do ensinar-aprender, onde pessoas projetam parte dos seus sonhos e onde suas identidades são moldadas em novos sentidos.

Desse lugar social, saem os inúmeros especialistas das mais diversas áreas, que materializam seu capital cultural nos projetos de urbanização, nas arquiteturas, na produção das artes, nas análises das experiências sociais, políticas, culturais, dentre tantas outras produções nascidas da criatividade humana e que dão sentido ao mundo.

Essa materialização suscita posições políticas e modos de pensar e de entender a realidade. Nesse sentido, todo sujeito é, de algum modo, transformado pelo ambiente acadêmico, uma transformação da qual ele é coautor. No processo de ensinar-aprender,



não só se apropria dos saberes, mas também os contesta, os ressignifica e, com a criatividade, abre espaço para novas formas de pensar.

A universidade enquanto espaço formativo e produtor de saberes, em qualquer sociedade que se pretenda democrática, precisa assumir uma posição crítica, reflexiva e política que atenda às reais necessidades humanas, tendo como horizonte de expectativa uma sociedade justa, igualitária, próspera, ou seja, que tenha como ponto de partida o desejo e a vontade pelo crescimento e felicidade humanos em seu sentido coletivo.

O saber produzido e o próprio processo de ensinar-aprender precisam nascer com a semente da democracia e se desenvolver vigorosamente de forma robusta. Para tanto, deve ser cuidada e alimentada cotidianamente pelos mais altos valores humanos, para que dela se origine toda a beleza do saber e do ensinar-aprender ancorados no desejo pela verdade, realização e felicidade humanas conquistadas no exercício da cidadania.

UnB: uma semente da esperança

No Brasil, a semente de uma universidade livre, libertadora e transformadora havia sido lançada pelas mentes e mãos de três importantes intelectuais brasileiros: o antropólogo Darcy Ribeiro, o educador Anísio Teixeira e o arquiteto Oscar Niemeyer. A criação dessa instituição se inscreveu em um tempo marcado pelo imaginário desenvolvimentista e modernista “encarnado” em figuras políticas como a de Juscelino Kubitschek (JK), responsável pela construção da nova capital federal durante o seu governo (1956-1961).

Seu lema de gestão “50 anos em 5” tinha o intuito de possibilitar o progresso e a modernização do país. Assim, tirando-o do atraso econômico, social e cultural. Não por acaso, cercou-se de intelectuais influentes que o auxiliaram na execução desse novo projeto de nação, cuja meta-síntese desenhada em seu plano de governo foi a construção de Brasília (Kubitschek, 2000). Situada no “coração” do país – onde passou a abrigar o centro das decisões políticas – Brasília foi projetada para consubstanciar a integração sociogeográfica, industrialização, progresso, desenvolvimento e modernidade em todo o território nacional.

Nesse contexto, a Universidade de Brasília (UnB), tal como fora concebida, veio para conjugar no plano educacional e cultural o que havia de mais moderno no projeto arquitetônico e ideológico da nova capital. Essa instituição foi considerada

um dos mais ambiciosos propósitos da intelectualidade brasileira ao ser pensada para romper com a estrutura universitária retrógrada, elitista, obsoleta e incapaz de produzir avanços científicos que contribuíssem para o desenvolvimento autônomo do Brasil (Ribeiro, 1986).

É importante ressaltar que, naquele período, as próprias universidades brasileiras e de outros países latino-americanos atuavam “como agentes da modernização reflexa, transformando os seus povos em consumidores mais ou menos sofisticados de produtos da civilização industrial” (Ribeiro, 1969, p. 65).

Ribeiro (1970) tinha uma visão extremamente crítica sobre o Brasil: um país subdesenvolvido, atrasado e socialmente desigual, resultado de um processo histórico – *a priori*, do colonialismo europeu com seu sistema escravista e mercantilista espoliativo; *a posteriori*, do neocolonialismo desdobrado com a revolução industrial em países europeus. E, por fim, uma submissão industrial aos Estados Unidos da América, cujos avanços científicos e tecnológicos, até então ausentes nos países da América Latina, criaram as condições de possibilidades para a subalternização das sociedades latino-americanas, que dependiam demasiadamente da importação de produtos, tecnologias e saberes dos países industrializados.

O novo projeto de nação que se desenhava no governo JK, com a transladação da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, tinha como horizonte de expectativa uma sociedade industrializada, desenvolvida e moderna. Aquele momento se tornou propício para os calorosos debates sobre a tão desejada reforma universitária.

Nesse bojo, conforme afirmou Ribeiro (1986, 2016), a Universidade de Brasília foi construída para pensar o Brasil como problema, tirando-o do atraso historicamente engendrado pela elite dominante naquele contexto de subdesenvolvimento e descompasso com os avanços científicos e tecnológicos dominados por países europeus e pelos Estados Unidos, dos quais o Brasil era dependente.

Em 1985 Cristovam Buarque assumiu a reitoria da UnB, momento em que Darcy Ribeiro expressou, com todo vigor, desejo e esperança, o motivo pelo qual a Universidade de Brasília, considerada uma “universidade-semente”, fora criada:

o Brasil não pode passar sem uma universidade que tenha o inteiro domínio do saber humano e que o cultive não como um ato de fruição erudita ou de vaidade acadêmica, mas com o objetivo de, montada nesse saber, pensar o Brasil como problema. Esta é a tarefa da Universidade de Brasília. Para isso ela foi concebida e criada (Ribeiro, 1986, p. 5).

Naquela ocasião, o antropólogo mencionou o educador Anísio Teixeira, com quem embalou a utopia da universidade necessária e que o ensinou a lição mais profunda de sua vida:

Eu, naqueles meus 30 anos, cheio de certezas, de verdades, não podia entender a afirmação reiterada de Anísio de que ele não tinha compromisso com suas ideias. Eu estava cheio de compromisso com as minhas. Custei muito a entender que o único compromisso que se pode ter em matéria de ideias é com a busca da verdade. Toda ideia é provisória, toda ideia tem que ser posta em causa, questionada. Este é o espírito de Anísio. Com este espírito é que esta Universidade foi pensada. (Ribeiro, 1986, p. 2).

Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro eram avessos à cristalização de ideias e à transplantação acrítica de perspectivas importadas. O processo desigual de transformação das sociedades historicamente estruturou as sociedades ocidentais em uma escala hierárquica entre os mais desenvolvidos (países europeus e Estados Unidos da América) e países atrasados (latino-americanos) engendradora por uma ciência tomada a serviço dessa desigualdade.

Tendo como desejo superar o subdesenvolvimento do Brasil, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, movidos pela busca da verdade, pensaram em uma Universidade questionadora, crítica, interpelativa, transformadora, igualitária e libertadora a serviço do progresso do povo brasileiro. Segundo Ribeiro (1969, p. 40), o papel da Universidade era o de “contribuir com o ingrediente da consciência crítica que [permitisse] alcançar uma visão clara das perspectivas de progresso autônomo” para o país.

A UnB foi concebida para que dela se pensasse de forma autônoma e crítica as grandes questões daquele tempo em que se deu sua criação e para as quais se buscasse soluções: superação do subdesenvolvimento, combate à desigualdade social, desenvolvimento industrial, combate ao racismo, expansão da universidade autônoma, expansão da educação pública e de qualidade, dentre outras.

Essa semente da esperança foi interrompida com a ditadura militar de 1964, momento em que a UnB foi invadida pelos militares, que usurparam da comunidade acadêmica sua liberdade e autonomia. O projeto utópico dessa instituição foi, a contrapelo de seus princípios fundadores, violado e violentado pelo militarismo, colocando abaixo seu destino cuidadosamente desenhado e zelado pelos seus idealizadores, que era o de fazer com que “o Brasil desse certo”.

Essa mesma semente da esperança, para Darcy Ribeiro, renasceu com o fim da ditadura militar e a posse do reitor Cristovam Buarque em 1985, quando teve início o processo de redemocratização da UnB. Esse foi um momento simbólico e de muita esperança para o antropólogo, que, com as mais lúcidas palavras, trouxe à tona a responsabilidade da Universidade como produtora de um saber que não seja inútil, mas que sirva “ao seu povo e ao seu tempo, ponderado com a responsabilidade de que ele seja livre”. E acrescenta que:

Dentre as questões postas ao saber que utilizamos, cumpre enfrentar primeiramente esta pergunta: por que esse país nosso não deu certo? País que deu certo, pra mim, é aquele em que cada pessoa tem um emprego, em que todos comem todo dia, em que toda criança vai à escola, em que todos têm moradia, em que todo o velho e doente é amparado. Isso é um país que deu certo. Um país que deu certo pode não dar bola para o que se faz na universidade, pode despreocupar-se com o saber que nela se curte; mas um país que não deu certo como o nosso, não (Ribeiro, 1986, p. 21).

“O Brasil como problema”: uma breve observação sobre os nossos tempos

Hoje, muitos de nós questionamos assim como Darcy Ribeiro em 1985: por que o nosso país não deu certo? Não há nenhum pessimismo, ao contrário, há lucidez na afirmação de que o Brasil ainda não deu certo. Em tempos de negacionismo, há ainda quem diga que está dando certo, porque totalmente cego ou corruptamente privilegiado pelo sistema vigente.

Ainda convivemos com o racismo estrutural, uma herança desumana do sistema escravocrata e do processo de racialização eurocêntrica dos africanos, afro-brasileiros e dos nativos indígenas, que os relegou à condição de subalternizados, condenando-os à miséria e ao subemprego. Ainda sentimos entranhados nas desigualdades sociais, os resultados e as ressonâncias do colonialismo europeu nas Américas. Segundo Quijano (2005, p. 117):

A formação de relações sociais fundadas [na ideia de raça] produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos como espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas

procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha.

O sistema de classificação na ideia de raça foi operante no processo de constituição do padrão moderno/colonial de poder global sob domínio da Europa Ocidental. Nesse modelo, a identidade do branco europeu ali desenhada sob a presunção de superioridade em relação aos não brancos, foi elemento determinante para a justificação da exploração, dominação e subalternização dos povos nativos das Américas, dos africanos e afrodescendentes.

Em nossa contemporaneidade encontramos as ressonâncias do sistema de classificação baseado na ideia de raça quando as estatísticas demonstram que, em pleno século XXI, conforme dados do IBGE (2020), o grupo abaixo da linha da pobreza é constituído, em sua maioria, por pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas. Os dados também confirmam que a presença de pretos ou pardos é mais acentuada em cargos com renda inferior à média em 2019, enquanto nas atividades com renda superior à média é mais acentuada a presença de pessoas brancas para aquele mesmo ano.

Ainda vivemos em uma sociedade hegemonicamente estruturada pelos padrões da heteronormatividade cisgênero, sexismo e racismo – padrões eurocentrados cujos marcadores sociais de gênero, sexualidade, etnia, raça e classe estão ancorados em um ideal de homem branco, heterossexual, burguês e cristão, historicamente subjetivado como cognitivo, genética e culturalmente superior aos grupos minorizados e subalternizados. Essa leitura sexista, heteronormativa e racista da sociedade foi operacionalizada nas diversas formações sociais, com suas peculiaridades temporais e locais, criando uma “ferida” social até hoje difícil de ser curada.

Essa ferida está presente no alto número de homicídio de negros (34.446 para 10.217 não negros em 2019); nos altos índices de violência contra a mulher (em 2019 foram registrados 3.737 casos de feminicídios), lembrando que a maioria eram mulheres negras; e, por fim, mas não menos perturbadora, a “ferida” está na violência contra o público LGBTQIA+, sendo que os mais afetados são homens e mulheres trans negros, travestis e homossexuais negros (Cerqueira, 2021).

A perspectiva de coletivo e o senso de justiça no Brasil são ainda muito frágeis, em razão da alarmante corrupção presente nas organizações públicas,

políticas, privadas, bem como nas relações cotidianas, muitas vezes mascaradas por um discurso da normalidade, corroendo, dessa forma, a democracia e o exercício coletivo da cidadania.

O capitalismo neoliberal e agressivo vem, ao longo dos anos, deixando suas marcas ecodidas no desmatamento acelerado, no uso abusivo de agrotóxicos, na emissão de poluentes, no uso indiscriminado e irresponsável dos recursos naturais, transformando-os em produtos efêmeros e descartáveis, irresponsavelmente devolvidos à natureza de forma destrutiva, em nome de uma falsa ideia de qualidade de vida midiaticizada a favor do agronegócio monocultor e das grandes indústrias.

Poderíamos listar as várias demandas sociais, culturais, políticas, ambientais a serem problematizadas. As questões que nos interpelam são infindáveis e ignorá-las não é o melhor para nossa sociedade e menos ainda para o planeta, pois esses problemas, de ordem social, política, econômica ou ambiental, trazem consequências a toda a coletividade. É claro que os grupos minorizados são os que mais sofrem as consequências da ganância e irresponsabilidade humanas.

“A universidade necessária”: revisitando Darcy Ribeiro

Darcy Ribeiro, ao pronunciar-se sobre as responsabilidades da academia, destacou que a Universidade deve ser encarada como “a Casa em que a nação brasileira se pensa a si mesma como problema e como projeto, [visto que] a causa da universidade brasileira é o Brasil. O Brasil é nossa tarefa” (Ribeiro, 2016, p. 505; 512).

Sou formado em História, e logo nos últimos anos de curso, perguntei-me: para quê serve a História? Em que ela contribui para o crescimento humano? Qual sua função na sociedade? Na época, me achei extremamente ignorante, porque pensava que essas dúvidas deveriam ter sido sanadas. Guardei as perguntas para mim e não as fiz a ninguém, achei que seria vergonhoso demonstrar essas dúvidas a outras pessoas, pois parti do pressuposto que todos os outros historiadores já tinham as respostas, e eu não. Com o passar do tempo, percebi aqui e acolá que essas não eram dúvidas somente minhas, apesar de constatar que boa parte dos historiadores não se preocupava com essas indagações. Depois, descobri que essas questões não foram respondidas substancialmente ao longo da história da filosofia da história, e, ainda hoje, são temas preocupantes para historiadores e filósofos que ainda buscam respostas mais satisfatórias.

Hoje, entendo o papel da História, creio que um deles. Pelo menos, para mim, esse papel satisfaz minhas necessidades neste momento, primeira década e início da segunda do século XXI. A História tem me ajudado a entender quem eu sou e quem somos enquanto coletivo; como, no contexto das estruturas sociais, nos constituímos e fomos/somos ao mesmo tempo constituídos subjetivamente. Não há como projetarmos um Brasil que possa dar certo sem um conhecimento profundo da nossa história.

Nesse sentido, a História é um elemento indispensável para o exercício da cidadania e para o fortalecimento da democracia. Não é possível pensarmos em políticas públicas para os grupos sociais minorizados se não tivermos um conhecimento aprofundado das causas e efeitos do sistema colonial/moderno eurocêntrico, que criou as condições para que se estabelecessem e engendrassem as desigualdades e opressões sociais.

Como pensar em meritocracia em nossa contemporaneidade na qual os poderes políticos e econômicos favorecem o homem heterossexual cisgênero, branco, cristão e de classe média detentor de privilégios?

Primeiramente é preciso refletir sobre as causas das desigualdades sociais que historicamente foram engendradas, suprimindo e até hoje restringindo o exercício pleno da cidadania de mulheres e homens hierarquicamente constituídos pelos marcadores sociais pré-estabelecidos.¹

As políticas públicas precisam ser pensadas na perspectiva do pensamento decolonial e interseccional para analisarmos as várias dimensões e desdobramentos daquelas marcas sociais estruturantes das desigualdades, para que, assim, possamos promover justiça social e garantia dos direitos a todos os sujeitos, independentemente de suas identidades e escolhas.

Lembro da primeira vez em que pus os pés na Universidade, no primeiro dia de aula. Lembro como hoje que aquele era o meu lugar. Ao mesmo tempo que aquele lugar me encheu de esperanças, com o passar do tempo também me deixou desacreditado e desafiado. Ingênua e romanticamente, pensei que aquele lugar abrigava somente pessoas esclarecidas, progressistas, sem preconceito e com compromisso com a verdade, porque eu me sentia inteiramente movido pela crença de que o Saber liberta o ser humano e o torna uma semente da libertação. Com o

¹ Conforme exposto no texto os marcadores sociais são: gênero, sexualidade, classe, etnia, raça, dentre outros, que colocaram mulheres, negras, indígenas e a comunidade LGBTQIA+ em uma posição de inferioridade.

passar do tempo, percebi que aquele lugar é também um espaço de luta, de relações de poder, onde também se encontram os marcadores sociais subalternizadores, afinal, a academia é feita de gente, que abriga nela uma história, uma experiência de vida tecida dentro e fora da academia em contextos estruturais, carregando com ela também as marcas dessas estruturas, seja na condição de subalternizada e minorizada ou na condição de privilegiada. De certo modo, saí da zona de conforto que inconscientemente me “protegia” e ao mesmo tempo me cegava. Então, encarei esse momento como um desafio, afinal aquele foi um dos momentos em que a reflexão e a crítica sobre a realidade se apresentaram como uma “luz” para o entendimento da complexidade da sociedade da qual eu faço parte.

Esses desafios cresceram e crescem até hoje, devido a nossa incapacidade de, em um mundo em constante transformação, desenvolver perspectivas satisfatórias para atender às demandas sociais de nossa contemporaneidade. Nesse sentido, constantemente os saberes produzidos são questionados, ressignificados, reformulados, às vezes suprimidos, dando margem à criação de novos saberes diante das questões que são as do nosso tempo, do agora, e ao mesmo tempo atravessadas pelas experiências pretéritas e nossas expectativas de futuro.

Enquanto um lugar social de produção de saberes, da pergunta, da crítica e da reflexão, a Universidade precisa substanciar sua responsabilidade social com o povo de nosso país e com o mundo. Me pergunto hoje se as perspectivas que adotamos satisfazem as reais necessidades da coletividade, ou melhor, aproprio-me aqui de uma das problematizações feita por Darcy Ribeiro: “o saber ou a técnica, por competentes que sejam, nada significam, se não se perguntam para que e para quem existem e operam, se não se perguntam a quem servem” (1986, p. 476-477). Para que servem? A quem servem? Servem para reproduzir as desigualdades ou para construir um mundo mais igualitário e cidadão? Favorecem a expansão da monocultura e, conseqüentemente, a destruição da biodiversidade ou contribuem para um mundo mais sustentável? Servem para libertar o ser humano ou são usados para escravizá-lo?

No momento da construção da Universidade de Brasília as questões que preocupavam Darcy Ribeiro eram desigualdade social, subdesenvolvimento, atrasos científico e cultural, racismo, analfabetismo. A perspectiva da universidade necessária autônoma defendida por ele, sob o lema de pensar o Brasil como problema, era o de contribuir com o saber crítico na construção de um país isonômico, desenvolvido, industrializado, autônomo, com educação pública de qualidade, isto é, democrático.

Hoje, parte dessas questões ainda não foram resolvidas, e creio que, diante da onda conservadora e antidemocrática que tem assolado o Brasil e boa parte do mundo nos últimos anos, estão longe de ser resolvidas. Quais são as grandes questões hoje, velhas e novas? Corrupção, má distribuição de renda, racismo, machismo, misoginia, violência, efeito estufa, desmatamento acelerado, LGBTQIA+fobia, etc.

Me pergunto neste momento: o saber que produzimos e que exercitamos na prática pedagógica contribui para o crescimento humano no sentido de um mundo mais justo, igualitário e equitativo? Tenho profundas dúvidas sobre essa questão. Percebo que a academia tem sido usada muito mais para formar pessoas para o mercado de trabalho garantindo-lhes salário para satisfazer suas necessidades materiais e simbólicas, mas sem substancial responsabilidade social. Se as problemáticas do nosso tempo são essas, os saberes dos diversos cursos não deveriam ser produzidos e fazer parte do ensino-aprendizagem de qualquer área do conhecimento a partir desses problemas, que afetam e comprometem a qualidade de vida das pessoas? Trabalhar esses temas como transversais não só é insuficiente para promover a mudança que precisamos, como também não supre demandas específicas, haja vista a ineficácia do diálogo entre os saberes específicos de cada curso com aquelas temáticas.

Os saberes de cada disciplina deveriam ser desenvolvidos multidisciplinarmente tendo como preocupação as grandes questões do nosso tempo, bem como ser ancorados no desejo pelo crescimento humano e no desejo pela verdade. Antes de mais nada, os saberes precisam ser desenvolvidos a partir de uma perspectiva de amor a si mesmo enquanto sujeito social e amor com o Outro, que depende desses saberes para que o exercício de sua cidadania seja protegido nos acessos à educação pública e de qualidade, saúde e segurança públicas e no respeito à dignidade humana, sem qualquer tipo de discriminação.

Por exemplo, no Brasil são recorrentes os casos de violência obstétrica. Em 2018, conforme afirmação de Andreza Colatto, secretária da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, 117 casos de violência obstétrica foram denunciados (Brasil, 2018).

Dentre os casos sinalizados como violência obstétrica, estão: xingamentos, humilhação, comentários constrangedores em razão dos marcadores sociais de gênero, sexualidade, raça, etnia, religião, classe social, número de filhos etc.; episiotomia (corte cirúrgico no períneo no parto vaginal) sem necessidade e/ou sem consentimento da mulher; manobra de Kristeller (pressão sobre a barriga da mulher para empurrar o bebê); imobilização da mulher durante o parto ou contenção de seus

movimentos; recusa em aplicar anestesia, inclusive durante o parto normal; realização de cesariana desnecessária e sem informar a mulher sobre seus riscos, dentre outros.

Os marcadores sociais da diferença estão claramente presentes nessas violências. Um estudo de abrangência nacional, intitulado “Nascer no Brasil: pesquisa nacional sobre parto e nascimento”, a partir de entrevistas e avaliação de prontuários de 23.894 mulheres, identificou: “piores indicadores de atenção pré-natal e parto nas mulheres de cor preta e parda, em comparação às brancas; as pretas receberam menos anestesia local quanto submetidas à episiotomia” (Leal *et al.*, 2017, p. 5).

Segundo Gabriel e Santos (2020), em estudo realizado sobre a violência obstétrica, as mulheres pretas e pobres são as que mais têm seus direitos sexuais e reprodutivos violados em comparação às mulheres brancas. Os autores ponderam que esse tipo de violência tem que ser entendido “em um pano de fundo interseccional, que leve em conta não apenas a subordinação de gênero, ou o privilégio do saber médico, mas também raça e classe. Tais elementos modulam a maneira segundo a qual o controle médico sobre o parto incide” (Gabriel; Santos, 2020, p. 5).

Lembremos que a classe médica é constituída majoritariamente por pessoas brancas, oriundas de famílias abastadas, que tiveram acesso a uma educação básica de maior qualidade em escolas privadas, além do acesso a cursos complementares e cursinhos, geralmente muito caros, que os prepararam para as mais concorridas vagas do curso de Medicina nas universidades públicas, onde estão abrigados os melhores cursos na área de saúde. Uma concorrência extremamente desleal para com os candidatos que saem de escolas públicas nas quais se encontram os mais pobres e a maioria dos que se autodeclararam pretos e pardos.

Os valores do Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (Ideb) – programa de avaliação da qualidade do ensino básico, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) –, mostram as discrepâncias da qualidade do ensino entre escolas públicas e privadas. Para o ano de referência 2019, temos os seguintes valores do Ideb: nos anos iniciais do ensino fundamental – 5,7 (pública), 7,1 (privada); nos anos finais do ensino fundamental – 4,6 (pública), 6,4 (privada); no ensino médio – 3,9 (pública), 6,4 (privada).

Não por acaso, o curso de Medicina nas universidades federais foi e ainda é composto em sua grande maioria por pessoas brancas oriundas da classe média. E é desse sistema hierarquizado, onde se inscrevem os privilégios dos brancos, que saem muitos dos médicos que, no exercício de sua profissão, reproduzem as violências que carregam os marcadores sociais das diferenças.

Pensar em uma Medicina feminista, antirracista, anti-LGBTQIA+fobia, deselitizada e sustentável, que contribua para um conceito de saúde em seu sentido mais ampliado, é um caminho interessante para humanizar o exercício desse ofício.

Diante disso, concomitantemente ao estudo dos corpos humanos, seu funcionamento, o desenvolvimento de doenças e processos de cura, é interessante problematizar sócio, histórica e culturalmente as normas regulatórias que governam os corpos para injustamente moldá-los a um padrão social heteronormativo cisgênero, sustentado por uma leitura sexista de sociedade, sob a presunção de superioridade do homem cisgênero heterossexual e de inferiorização das mulheres e das sexualidades insubmissas àquele padrão (Butler, 2019).

Nesse sentido, as identidades de gênero foram e são construídas a partir das diferenças materiais dos sexos, informadas pela linguagem como vagina e pênis – diferenças materiais básicas para se definir o que ser mulher ou homem. Os significados dessas diferenças são construídos sobre e pelos corpos nas experiências sociais, por meio de práticas discursivas altamente regulatórias, que agem no sentido de produção de uma coerência linear entre sexo-gênero-desejo a serviço de um projeto de sociedade heterossexual. A negação de que é uma construção social guarda ressonâncias históricas dos pseudossaberes biológicos, médicos, filosóficos e religiosos essencialistas.

Segundo Laqueur (2001), no século II d.C., com base na teoria desenvolvida pelo filósofo grego Galeno de Pérgamo, acreditava-se que, em sua essência, a mulher era um homem imperfeito. A hierarquia metafísica que se construiu com base nas diferenças físicas/sexuais partia do pressuposto de que o órgão genital feminino era como se fosse um pênis virado para dentro, devido à ausência de calor vital na mulher.

A respectiva presença e ausência do calor vital no homem e na mulher era causa e efeito da perfeição e imperfeição. Em fins do século XVIII e início do XIX, começaram a aparecer inúmeros estudos que rearticularam essas diferenças em um novo regime de verdade, as quais passam a ser entendidas como um par de opostos.

De acordo com essa lógica, e com base em estudos desenvolvidos pela “antropologia moral” de Jacques-Louis Moreau, mulheres e homens eram diferentes em tudo, tanto no aspecto físico quanto no moral. No final do século XIX, o biólogo e filósofo francês Patrick Geddes, por meio de análises microscópicas da fisiologia dos corpos, reforça o binarismo de gênero, ao afirmar que dentro dos corpos das mulheres tudo era diferente em relação aos corpos dos homens. As supostas passividade

e indolência das mulheres eram justificadas por esses estudos e operacionalizadas para sustentar as hierarquias entre homens (superiores) e mulheres (inferiores).

A construção forçada de uma coerência entre sexo-gênero-desejo a serviço de um ideal de sociedade heterossexual cisgênero parte do pressuposto de que as diferenças materiais são determinantes do gênero e da sexualidade, quando na verdade são construtos sociais produzidos pelos e sobre os corpos por meio de práticas discursivas regulatórias do gênero e da sexualidade. Segundo essa lógica, quem nasce com um pênis é um homem e quem nasce com uma vagina é uma mulher. As normas regulatórias do sexo/gênero agem justamente para construir nesses corpos materialmente diferenciadas identidades femininas e masculinas heterossexuais cisgêneras.

Segundo Butler (2019), o fato de emergirem, no interior das relações de poder, as identidades de gênero e sexuais insubmissas ao poder regulatório – não binários, transgêneros, transexuais, homossexuais, lésbicas, bissexuais –, desmascara o discurso hegemônico de naturalização do sexo-gênero-desejo e deixa evidentes as fissuras e fragilidades dos dispositivos normativos de regulação dos corpos e subjetividades.

Desse modo, desde a mais tenra infância, meninas e meninos são forçosamente disciplinados para assumirem um sexo, um gênero e uma sexualidade de acordo com o padrão heteronormativo cisgênero ao qual são submetidos. Esse processo de disciplina dos corpos e das subjetividades opera no sentido de apagar e negar outras possíveis identificações que não correspondam ao imperativo linear do sexo-gênero-desejo heterossexual cisgênero, submetendo os sujeitos aos sofisticados processos de regulação e de negação dos desejos “desviantes”, que, no discurso dominante, carregam as marcas da abjeção e da anomalia (Butler, 2019).

É na insistência do se fazer existir dos não binários e LGBTQIA+ e em suas reivindicações para exercerem o direito de ser, sem necessariamente terem que aceitar a identificação com o padrão normativo, que uma rede discursiva de regulação dos corpos e subjetividades é sempre acionada e rearticulada pelo poder hegemônico, inscrevendo e reforçando nesses corpos as marcas de significação da abjeção e da anomalia, que tem como desdobramento a negação ou restrição do exercício da cidadania dos sujeitos insubmissos, ao mesmo tempo em que abre espaço para a “autorização” do exercício da violência sobre os seus corpos.

No Brasil, assim como em outros países latino-americanos, as desigualdades sociais precisam ser problematizadas interseccionalmente, uma vez que elas carregam marcadores sociais que combinam diferentes hierarquias e desigualdades no exercício do poder, no acesso aos bens materiais e simbólicos, no exercício da

cidadania. Em nossa contemporaneidade, tais desigualdades guardam ressonâncias do padrão de poder moderno/colonial sob domínio da Europa Ocidental, que submeteu os povos latino-americanos e depois os africanos e afrodescendentes ao processo de escravidão e racialização (Quijano, 2005).

A ideia de existência de uma raça branca europeia superior aos outros povos foi operacionalizada na sustentação do sistema político-econômico na América Latina, criando as condições de possibilidades para o estabelecimento e engendramento das desigualdades sociais. Tais disparidades não só carregavam apenas marcas da racialização, mas também as de gênero e de sexualidades, constituidoras de hierarquias sociais.

A racialização, o sexismo e a heteronormatividade eurocêntricos foram elementos operantes na consolidação do sistema de poder colonial/moderno, hierarquizando os grupos sociais entre superiores e inferiores e demarcando o lugar hegemônico do sujeito de poder.

Inferiorizados e subalternizados, após a formalização jurídica de abolição da escravidão, os não brancos foram relegados à miséria e ao subemprego, sendo-lhes negado o direito ao trabalho assalariado. Em regiões mais pobres do Brasil, o trabalho assalariado era privilégio dos brancos; em regiões mais abastadas, em que a mão de obra branca não supria as demandas, os não brancos ocupavam os cargos de menor importância e recebiam os piores salários.

Infelizmente, ainda sentimos as reminiscências desses processos de hierarquização, baseados nos marcadores sociais das diferenças, ao percebermos que a classe mais pobre dos brasileiros é constituída, majoritariamente, por pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas. É inegável que tal processo desleal de exercício do poder substancialmente favoreceu e ainda favorece os brancos de classe média, os quais, por meio das circunstâncias sócio-históricas, foram conduzidos aos melhores empregos e salários, à maioria das ocupações no serviço público, principalmente os cargos mais concorridos, às vagas nas universidades públicas, em cursos elitizados como Medicina, Direito, por exemplo.

Os brancos oriundos de classe média, que hoje exercem a Medicina nos hospitais públicos e privados, são os que mais precisam ser humildes e também conscientes das circunstâncias sócio-históricas que os privilegiaram e ao mesmo tempo desfavoreceram os grupos sociais subalternizados, aos quais muitos médicos negam tratamento digno, como no caso da violência obstétrica, que acomete mais as mulheres pobres, pretas e pardas, demonstrando claramente a existência de uma atitude sexista, racista e elitista que precisa ser desconstruída.

Considerações finais

Se a nossa democracia é ainda muito frágil e se ainda não conseguimos desenvolver uma cidadania amadurecida e plena que contemple a coletividade, em todas as suas diferenças, é porque os saberes e as práticas pedagógicas, até então desenvolvidos, não têm sido utilizados de forma eficiente para promover a mudança social que tanto precisamos.

Se essa mudança não acontecer por meio da Educação, acontecerá de que forma? Os dispositivos jurídicos utilizados para assegurar os direitos sociais, humanos e coletivos estão sujeitos às práticas corruptivas de agentes públicos, sociedade civil e os profissionais que representam os sujeitos no âmbito jurídico.

Lembremos aqui o caso de Mariana Ferrer, vítima de estupro em 2018, em Florianópolis-SC, cometido pelo empresário André Camargo Aranha, absolvido em 2020 mesmo com o laudo pericial comprovando a materialidade do crime e da autoria. Além disso, durante a audiência, a vítima do estupro foi humilhada pelo advogado do empresário, Cláudio Gastão Rosa Filho (Pauluze, 2020). A absolvição do autor do crime e a humilhação a que a vítima foi submetida em audiência mostram o quanto os interesses escusos e contrários à defesa da dignidade humana são mascarados e “protegidos” por uma leitura sexista e machista de sociedade.

Acredito que precisamos repensar os saberes científicos que produzimos, tanto os que sustentam nossas bases educativas e as práticas pedagógicas, quanto aqueles veiculados por essas práticas. Pensar a Ciência do amor e com amor. Precisamos ainda aprender a amar. Que pensemos em uma ciência com amor – amor à natureza da qual dependemos para sobreviver; amor ao “outro”, independentemente de suas escolhas, porque é digno de respeito; amor ao exercício da profissão, porque dela muitas pessoas dependem para satisfazer suas necessidades. Uma Ciência com amor consciente e responsabilidade social com a natureza e com as outras pessoas com as quais a tessitura da vida pode se tornar mais justa, interessante, igualitária e principalmente humana. Acredito que uma universidade realmente comprometida com a transformação social e o crescimento humano pode desempenhar muito bem esse papel.

Referências

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *MDH debate violência obstétrica no Ministério Público*. Brasília, 9 nov. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/novembro/mdh-debate-violencia-obstetrica-no-ministerio-publico>. Acesso em: 29 out. 2021.

BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. São Paulo: n-1; Crocodilo, 2019.

CERQUEIRA, D. *Atlas da violência*. São Paulo: FBSP, 2021.

GABRIEL, A. B.; SANTOS, B. R. G. A injustiça epistêmica na violência obstétrica. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 2, p. 1-12, 2020.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA). *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>.

KUBITSCHKE, J. *Por que construí Brasília?* Brasília: Senado Federal, 2000.

LAQUEUR, T. W. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEAL, M. C. *et al.* A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, n. 33, sup. 1, p. 1-17, 2017.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Saúde. *Violência Obstétrica*. Campo Grande: SES/MS, 2021. Disponível em: https://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/livreto_violencia_obstetrica-2-1.pdf.

PAULUZE, T. Especialistas contestam argumentação do Ministério Público no caso de Mariana Ferrer. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 3 nov. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/especialistas-contestam-argumentacao-do-ministerio-publico-no-caso-mariana-ferrer.shtml>

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

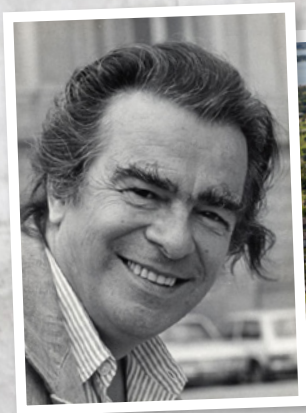
RIBEIRO, D. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RIBEIRO, D. *As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

RIBEIRO, D. *O Brasil como problema*. São Paulo: Global, 2016.

RIBEIRO, D. *Universidade para quê?* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.



Darcy Ribeiro e a UnB

a universidade necessária no século XXI



Este livro é uma homenagem à Universidade de Brasília, que em 2022 completa 60 anos, e a Darcy Ribeiro, um de seus mais importantes idealizadores e fundadores, que faria cem anos. Quinze ensaios escritos por estudantes da UnB sobre Darcy Ribeiro e a universidade necessária compõem este volume, que é resultado de edital conjunto da UnB e do Conselho Editorial do Senado (Cedit).

Os textos desta coletânea projetam as vozes de estudantes, em um exercício que investiga os efeitos do pensamento e da ação de Darcy Ribeiro na jornada da Universidade de Brasília, as transformações pelas quais ela passou e aquelas que promoveu. Que vozes poderiam ser mais lúcidas que essas para colocar em perspectiva a história da Universidade? São vozes plurais que reiteram, de forma uníssona, o compromisso da UnB com a construção de soluções para os desafios do país e do mundo – fossem os passados, sejam os presentes. A despeito das diversas tentativas de cerceamento da ação emancipadora desta Universidade, afirmam os estudantes: a UnB alcança os seus 60 anos atuante como sempre, necessária como nunca.



UnB | DEX

